

**Lei n.º 87/2001,  
de 10 de agosto**

Segunda alteração da Lei n.º 11/96, de 18 de abril, que estabelece o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia, alterada pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

**Artigo 1.º**

É aditado o artigo 5.º-A à Lei n.º 11/96, de 18 de abril, com a seguinte redação:

**«Artigo 5.º-A**

**Despesas de representação dos membros das juntas de freguesia em regime de permanência**

Os membros das juntas de freguesia em regime de permanência têm direito a despesas de representação correspondentes a 30% das respetivas remunerações base, no caso do presidente, e a 20%, no caso dos vogais, as quais serão pagas 12 vezes por ano.»

**Artigo 2.º**

A presente lei entra em vigor com a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2002.